



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA - SAR

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL- CEDERURAL

7ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Maricultura

No dia 17 de julho de 2019, reuniram-se no auditório da Superintendência Estadual do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA os membros da Câmara Setorial da Maricultura. A reunião teve início com a saudação dos presentes pelo Presidente da Câmara Setorial, Sr. Leonardo Cabral da Costa, que descreveu brevemente o trabalho que vem sendo realizado pela Câmara Setorial da Maricultura nos últimos dois anos, em particular o trabalho de elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável da Maricultura Catarinense. Na sequência, passou a palavra para o Dr. Felipe Matarazzo Suplicy, Secretário da Câmara Setorial, que leu a pauta da reunião e consultou os presentes sobre se alguém teria algo a acrescentar ou a alterar na ata da 6ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Maricultura. Como não houveram manifestações dos presentes no auditório, a ata da 6ª Reunião Ordinária foi aprovada. O Secretário também lembrou os participantes da reunião de que todos os documentos relacionados as atividades da Câmara Setorial da Maricultura, incluindo atas de reuniões ordinárias e externas, listas de presença, e relatórios de oficinas realizadas estão disponíveis na página da Internet do Conselho de Desenvolvimento Rural – CEDERURAL, através do endereço: <http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php/arquivos/cederural/camara-setorial-da-maricultura>. Em seguida, o Dr. Felipe M. Suplicy iniciou a apresentação da versão consolidada do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável da Maricultura Catarinense, explicando que sua elaboração se deu através de um processo participativo com sete reuniões presenciais realizadas com lideranças do setor produtivo nos municípios produtores, recebimento de contribuições através de um grupo de Whats App com 160 pessoas, além das contribuições enviadas por escrito ou apresentadas durante as reuniões e workshops realizados pela Câmara Setorial da Maricultura em 2017. A apresentação do Plano Estratégico mostrou alguns gargalos e desafios a serem superados pela maricultura catarinense, em particular a defasagem tecnológica e baixa produtividade nos cultivos; a informalidade no comércio de moluscos e a competição entre produtos com e sem inspeção sanitária; a falta de fiscalização de produtos clandestinos no mercado e a necessidade de se concluir o processo de ocupação ornada das áreas aquícolas. Em continuidade, foi novamente apresentada a estratégia prevista no Plano Estratégico, composta por uma visão de futuro, objetivos, metas e ações a serem implementadas nas áreas social, econômica e ambiental. Algumas das ações apresentadas, como a adequação das normas estaduais para controle sanitário e classificação das áreas de cultivo de moluscos, já se encontram em andamento e as alterações propostas foram apresentadas para associações de produtores de Florianópolis. Segundo a nova norma estadual as áreas serão divididas em três classes: A - áreas aprovadas, B – áreas condicionadas à depuração, e C - áreas condicionadas ao cozimento dos moluscos. Devido ao déficit em saneamento básico na costa catarinense, a depuração de moluscos passará a ser uma prática exigida pelos órgãos de controle sanitário em vários locais de produção. O assunto será discutido detalhadamente em reunião do Comitê Estadual de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves – CECMB, agendada para o dia 8 de agosto as 14:00, na Secretaria de Estado para Agricultura e Pesca. O produtor Sr. Herdras Luna e o Dr. Gilberto Manzoni expuseram que fiscais sanitários do MAPA têm exigido a depuração de moluscos que serão processados através de cozimento. O Sr. Herdras esclareceu que a exigência seria para mexilhões pré-cozidos, sendo que este termo se refere a moluscos cozidos por pouco tempo e presos à concha pelo

seu músculo adutor. Foi esclarecido que o método de cozimento deverá assegurar a inocuidade dos moluscos colhidos de áreas de cultivo classificadas como “C”. Sobre a rastreabilidade de lotes de moluscos, outro ponto apresentado pelo Secretário da Câmara Setorial, e que deverá ser implementado através da integração do serviço de emissão da Guia de Trânsito Animal – GTA, o serviço de monitoramento bacteriológico e toxicológico das áreas de cultivo, ambos executados pela CIDASC, e o Sistema de Informações Geográficas – SIG da Epagri, o Sr. Herdras Luna alertou para a necessidade de não se criar mais obrigações e dificuldades para os produtores, se a GTA já provê rastreabilidade dos lotes. O Dr. Felipe M. Suplicy esclareceu que a rastreabilidade ainda não está atrelada a classificação das áreas e cultivo e que esta ferramenta será um importante aliado no combate ao comércio de moluscos sem inspeção sanitária. O Sr. Fábio Faria Brognoli, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, disse que a maior parte dos produtores não se preocupa ou se importa com a emissão da GTA ou com a rastreabilidade, e que este sistema deveria estar relacionado com incentivos para os produtores que aderirem ao comércio legal e rastreabilidade de moluscos. O produtor Sr. Eduardo Macedo disse que o mais importante para que isto ocorra é uma maior fiscalização de produtos sem inspeção no comércio. O Sr. Marcelo Ramos da Epagri, lembrou os presentes de que a emissão de nota fiscal de produtor, além de tirar o produtor da informalidade e inadimplência fiscal, contribui para a sua aposentadoria pelo INSS. O Sr. Fernando Santana, também produtor de Florianópolis, manifestou preocupação com que o sistema de rastreabilidade fosse por demais sofisticado e de difícil acesso ou compreensão pelos pequenos produtores, e que isto poderia não ser uma das prioridades na execução das metas previstas no Plano Estratégico. O Sr. Leonardo Cabral Costa, Presidente da Câmara Setorial, disse que várias ações precisam ser iniciadas no presente para estarem implementadas no futuro, e o sistema de rastreabilidade de moluscos é um exemplo disto. O Sr. Thiago dos Reis, do Ministério Público Estadual de Santa Catarina – MPE/SC, se apresentou aos demais presentes na reunião e saudou o trabalho que vem sendo realizado pela Câmara Setorial na elaboração do Plano Estratégico e informou que o MPE estará intensificando as ações de fiscalização de moluscos sem inspeção sanitária, principalmente na fase de comercialização. Complementou dizendo que as ações promovidas pelo MPS/SC podem ser aprimoradas com a cooperação do setor produtivo através de denúncias bem fundamentadas de comércio clandestino de moluscos, e que qualquer denúncia é protegida com sigilo sobre o informante. O Dr. Felipe M. Suplicy apresentou a proposta de descentralização da gestão das áreas aquícolas marinhas para o Escritório Federal da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca em Santa Catarina – SEAP/SC, que contaria com o apoio de uma comissão estadual, composta pela Capitania dos Portos de Santa Catarina, pela Gerência Regional do Serviço de Patrimônio da União - GRPU, pela FATMA e pela Epagri, a ser constituída especificamente para este fim. Informou ainda que Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca publicou Portaria delegando poderes ao Escritório para atuar nas cessões de áreas. A Sra. Tailin Rieg, da SEAP/SC ressaltou que a Portaria no 70 trata da delegação de competência para que os Coordenadores possam representar a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca - SEAP/PR para assinar, como outorgado, os Termos de Entrega repassados pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o outorgante, representado pela Superintendência de Patrimônio da União nos estados (SPU). Esclareceu também que o processo de cessão de uso de espaço físico de águas da União continua centralizado no Departamento de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura - DEPOA/SEAP, ficando a cargo dos Escritórios Federais da Aquicultura e da Pesca a responsabilidade de protocolizar as solicitações, enviar para o DEPOA para análise e envio aos órgãos e assinatura dos Termos de Entrega. Acrescentou que o Escritório Federal de Santa Catarina dispõe de apenas quatro funcionários para emissão de todas as licenças e permissões de aquicultura e pesca no estado, fato que inviabiliza a capacidade para assumir mais esta atribuição sem a contratação de novos funcionários. O Dr. Felipe Suplicy argumentou que a descentralização e a atribuição da SEAP/SC seria apoiada pela comissão estadual mencionada, dando

maior agilidade na tramitação dos pedidos de reposicionamento de áreas aquícolas demarcadas em áreas de conflito ou impróprias para o cultivo, solicitação de novas concessões e principalmente a fiscalização da ocupação ordenada das áreas já concedidas. O Dr. Sergio Winckler, Gerente de Aquicultura e Pesca da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca - SAR, opinou que diversas ações previstas no Plano Estratégico poderiam receber apoio financeiro através de emendas parlamentares à Lei de Orçamento da União – LOU, e que produtores organizados em associações ou o poder executivo do municípios produtores de moluscos deveriam fazer uso desta ferramenta na superação de diversos desafios propostos, como o aprimoramento tecnológico na produção de moluscos, ou na instalação de centros de depuração de moluscos. Lembrou ainda que o Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR dispõe de linhas de crédito com juros zero e cinco anos de prazo para pagamento que podem ser acessadas pelos produtores, mas que até o momento, poucos produtores têm utilizado este recurso. O Sr. Fábio F. Brognoli saudou a Epagri e a Câmara Setorial pela elaboração do Plano Estratégico e ressaltou que este documento servirá como um importante meio de apresentação das metas de longo prazo e necessidades do setor para os gestores públicos e serem eleitos na próxima eleição. Esta ideia foi também apoiada na intervenção do Dr. Gilberto Caetano Manzoni, da UNIVALI. O Sr. Herdras Luna demonstrou preocupação com a grande quantidade de ações previstas no Plano Estratégico e a necessidade de definir prioridades, iniciando pelas ações que poderão impactar positivamente o trabalho dos produtores no curto prazo, contribuindo também para a manutenção dos produtores na atividade, frente a redução de maricultores observada em Santa Catarina nos últimos anos. O Dr. Felipe Suplicy informou que diversas ações previstas no Plano Estratégico já estão em andamento, como a revisão das normas de controle sanitário das áreas de cultivo, a requalificação e capacitação de extensionistas da Epagri, a oferta de publicações e cursos sobre o cultivo mecanizado de moluscos, a reativação de cooperativas de produtores como a COOPEROSTRA, entre outras. A Sra. Tatiana da Gama Cunha, Presidente da Associação dos Maricultores do Sul da Ilha – AMASI, ressaltou a necessidade de prestar mais apoio aos produtores em atividades de capacitação para gerenciamento das fazendas e das cooperativas de processamento e de cultivo, e também uma gestão da Câmara Setorial da Maricultura junto às prefeituras municipais para que, com base na lei estadual que define a maricultura como atividade de interesse social, estas atuem na solução da questão da legalização dos ranchos de maricultura e pesca. Solicitou ainda apoio da SAR e da Câmara Setorial da Maricultura para buscar a liberação da importação de sementes de ostras produzidas em laboratórios de outros países, frente a instabilidade e atrasos na entrega de sementes produzidas pelo Laboratório de Moluscos marinhos da Universidade Federal de Santa Catarina – LMM/UFSC. Salientou ainda que as sementes produzidas pelo único laboratório privado de produção de sementes em Santa Catarina, da empresa Blue Water Aquaculture – BWA, não atende à demanda instalada. A Sra. Tatiana mencionou ainda a necessidade de se implantar novo laboratório de produção de sementes de moluscos no estado. O Sr. Herdras Luna expressou a necessidade de o governo estadual iniciar logo uma campanha de marketing e de promoção dos moluscos produzidos em Santa Catarina, pois os produtores não podem esperar por muitos anos até que isto seja iniciado. O Dr. Felipe Suplicy argumentou que uma campanha de marketing desta natureza somente será bem-sucedida se por trás deste estiver um setor organizado, produzindo em áreas monitoradas, com produtos inspecionados e rastreáveis, aliado a uma união do setor em torno de uma marca de uso comum. O Sr. Fernando Santana, maricultor de Florianópolis parabenizou o trabalho realizado na elaboração do Plano Estratégico e também ressaltou a necessidade de se elencarem prioridades entre as ações propostas. Solicitou ainda que o plano preveja uma melhor gestão das situações de crise ocasionadas pelos eventos de floração de algas tóxicas, tanto na comunicação com o setor produtivo como com a mídia impressa e televisiva. Por fim, apoiou a fala da Sra. Tatiana sobre a fragilidade de uma cadeia produtivas dependente de apenas um laboratório e da necessidade de incentivar a instalação de novos laboratórios no estado. O Dr. Gilberto

Manzoni salientou a necessidade de dar maior divulgação sobre o Plano Estratégico para a população, gestores públicos e governantes e solicitou que entre as ações de curto prazo esteja o equacionamento da dificuldade de acesso às linhas de crédito ofertadas pelas instituições financeiras, que têm condicionado a liberação de empréstimos à apresentação de licenças ambientais das fazendas de moluscos, entre outros aspectos, como a comprovação de exercício da atividade através da apresentação de notas fiscais emitidas no últimos doze meses, uma condição que impede o acesso de novos produtores à estas linhas de crédito. A Sra. Tatiana G. Cunha complementou a fala do Dr. Gilberto informando que já enviou 17 ofícios da AMASI para a SEAP solicitando a renovação de licenças ambientais das áreas aquícolas e até o momento não havia recebido resposta alguma. O Dr. Felipe M. Suplicy informou que a proposta de descentralização da gestão das áreas aquícolas inclui a transferência das licenças ambientais emitidas em nome do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA para o CPF de cada produtor detentor de uma concessão de área aquícola, e que isto contribuirá para uma maior responsabilidade dos produtores no cumprimento das condicionantes contidas nas licenças e que estão são diretamente relacionadas ao exercício da atividade. Segundo o Dr. Felipe, com esta transferência das licenças, um produtor que cumpre com as normas e condicionantes não seria afetado pelo descumprimento por parte de outro produtor, como ocorre atualmente, dado que as licenças foram emitidas coletivamente para cada parque aquícola. O Sr. Fabio F. Brognoli informou que as licenças ambientais já foram renovadas no passado graças a uma solicitação da Federação da Empresa de Aquicultura – FEAQ antes da data de expiração das mesmas e que a AMASI também fez esta solicitação de renovação das licenças das áreas de seus associados ainda durante o período de vigência. O Sr. Marcon Machado da Associação dos Maricultores de Capri, e também da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul solicitou uma gestão da Câmara Setorial da Maricultura para agilizar a concessão de áreas aquícolas em seu município, já com as licenças ambientais individuais e em nome de cada maricultor. Solicitou ainda que o monitoramento sanitário das áreas de cultivo atenda 100% das fazendas instaladas em São Francisco do Sul. Concluiu expressando apoio às intervenções dos demais participantes da reunião e ressaltando a necessidade e importância do setor organizado buscar recursos junto aos parlamentares, através das mencionadas emendas à LOU, e uma melhor estruturação e aumento de recursos humanos para dar conta da demanda enfrentada pelo Escritório Federal da Aquicultura e da Pesca em Santa Catarina. O Sr. Fábio F. Brognoli saudou o trabalho realizado na elaboração do Plano Estratégico e ressaltou que entre as maiores dificuldades a serem superadas estão o baixo nível de organização da maioria das associações de produtores, o envelhecimento do corpo técnico no LMM/UFSC e o risco de desabastecimento de sementes de ostras no médio prazo. Sugeriu ainda que as prefeituras municipais deveriam fazer um plano estratégico municipal da maricultura para sanar problemas locais como a regularização de edificações de apoio à maricultura, junto a FLORAM. Conclui dizendo que a oferta do Serviço de Inspeção Municipal – SIM em Florianópolis contribuiu para que outros municípios passassem também a ofertar este serviço e que as normas para depuração de moluscos necessitam de adaptação para se tornarem mais acessíveis aos produtores e processadores de moluscos. O Sr. Antônio Melo da Associação Catarinense de Aquicultura – ACAq relatou que o Ministério Público Federal poderia embargar toda a produção estadual a qualquer momento devido a situação de ocupação desordenada que persiste na maioria dos municípios até o presente momento, e informou que a Sra. Tatiana G. Cunha, o Sr. Leonardo C. Costa e o Dr. Gilberto C. Manzoni estariam assumindo a representação da ACAq nos comitês relacionados à maricultura, sendo que ele estaria atuando apenas como secretário da ACAq. O Sr. Marcelo Ramos da Epagri salientou a importância de um aprimoramento na governança da aquicultura para uma execução bem-sucedida do Plano Estratégico e a necessidade do setor organizado e da Câmara Setorial da Maricultura atuarem fortemente na esfera política para conseguir o apoio necessário. O Dr. Sérgio Winckler lembrou aos presentes o papel e o propósito da Câmara Setorial da

Maricultura, que é o de discutir as necessidades do setor, e que a presença dos órgãos que compõe a Câmara é muito importante, uma vez que vários assuntos envolvem órgãos que não tem comparecido às reuniões. O Dr. Sérgio também frisou a necessidade de o Plano Estratégico conter ações voltadas a garantir o abastecimento de sementes de moluscos produzidas em laboratório. O Sr. Fernando Santana ressaltou a necessidade de se divulgar melhor os diversos impactos positivos da maricultura, tanto no aspecto social quanto ambiental, com o objetivo de contrapor os impactos negativos que muitas vezes são imputados à maricultura. O Sr. Giovane F. Dias, da Cooperativa de Maricultores de Penha – COOPERMAPE disse que a fiscalização sobre o comércio de moluscos clandestinos precisa ser feita de forma mais abrangente e igualitária, em todo o território nacional, e lamentou a ausência dos representantes do MAPA na reunião. O Sr. Alan David Claumann, do SEBRAE/SC, parabenizou o trabalho realizado pela Câmara Setorial, disse que o SEBRAE poderá contribuir com diversas ações previstas no Plano Estratégico e apresentou o seu colega, Sr. Rogério Ern, também representante do SEBRAE na Câmara Setorial da Maricultura. O Sr. Vinícius Ramos, produtor de Florianópolis, manifestou preocupação em relação ao abastecimento de sementes produzidas em laboratório e informou que uma comissão técnica da AMASI esteve no LMM/UFSC para se informar sobre a situação da produção de sementes de ostras, e que as informações recebidas não asseguram de forma inequívoca que não haverá risco de desabastecimento deste insumo fundamental. Complementou dizendo que o laboratório da BWA possui capacidade de atender apenas 10% da demanda de sementes de ostras e que é preciso buscar novas alternativas para sanar esta situação. Não havendo mais intervenções dos participantes, a reunião foi encerrada e as novas contribuições recebidas serão incorporadas na versão final do Plano Estratégico antes de sua publicação.

Nada mais a relatar,

Felipe Matarazzo Suplicy
Secretário da Câmara Setorial de Maricultura